



DE OLHO
NOS RURALISTAS
The Agribusiness Watch



ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO UNIÃO EUROPEIA-MERCOSUL

Sem Participação, Cortando Florestas e Direitos



ÍNDICE

Sumário executivo

- 1 Lobby do agronegócio contamina negociações
- 2 Organizações denunciaram retrocessos e violações de direitos humanos
- 3 Expansão do agronegócio ameaça comunidades tradicionais
- 4 Acordo abre caminho para agrotóxicos produzidos na Europa
- 5 Cientistas criticam fragilidade das salvaguardas

Referências

CRÉDITOS

Conceito: Rettet den Regenwald

Coautoria: De Olho nos Ruralistas e Rettet den Regenwald

Coordenação e revisão: Guadalupe Rodríguez e Klaus Schenk

Pesquisa: Roberto Lameirinhas and Alexandra Martins Gonzaga

Redação: Bruno Stankevicius Bassi

Revisão em português: Alceu Luis Castilho

Revisão em inglês: John Hayduska

Design gráfico: Nicole Obermann

Fotos: Foto de capa: Felipe Werneck/Ibama/ www.flickr.com, Survival / p.2: Paulo Fridman/ Alamy Stock Foto, p.3: Joerg Boethling/ Alamy Stock Foto, p.4: Angelika Hofer, p.5: alffoto/istock.com, p.6: Apib Comunicação/CC BY-SA 2.0, p.8/9: Brasil2/istockphoto.com, p.10: Clemens Höges, Brasil2/istockphoto.com, p.11: ZDF Jana Lemme, p.12: Johann Graf

Data: 8 de outubro de 2021

O conteúdo da publicação é de responsabilidade tanto do autor quanto das pessoas entrevistadas e não reflete necessariamente a posição das organizações editoriais.

Sumário executivo

Apresentado como “o maior tratado de livre comércio do mundo”, o Acordo de Associação entre União Europeia (UE) e Mercosul foi firmado em 28 de junho de 2019 após duas décadas de negociações e impasses. Pelo texto consensualizado entre as partes – que agora segue para ratificação no Parlamento Europeu e nas casas legislativas dos 26 Estados-membros da UE e dos países do Mercosul –, o bloco europeu eliminará as tarifas para 91% dos produtos do Mercosul, favorecendo diretamente as exportações de commodities como carne bovina, soja e cana-de-açúcar, principais itens da pauta de exportação do bloco.¹

A liberalização no comércio, no entanto, vem atraindo temores por parte da sociedade civil nos países envolvidos de que a pressão por demanda possa ampliar o estímulo ao desmatamento e à invasão de territórios tradicionais não apenas na Amazônia brasileira, mas também em outros biomas ameaçados na região, como o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica e o Gran Chaco paraguaio.

Tamanha preocupação tem motivos claros. Em junho de 2019, enquanto se costurava o acordo em Bruxelas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (Inpe) registrava o corte de 920,4 km² de vegetação na Amazônia – o terceiro mês mais devastador da série histórica iniciada em 2015, com um aumento de 88% em relação ao índice registrado em junho de 2018.² Indiferente às críticas, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro mobiliza suas bases em torno do sentimento ultranacionalista, alegando ataques à soberania do país e denunciando uma “campanha internacional” contra si.

Apesar da introdução de dispositivos de controle socioambiental no capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável do acordo e do reconhecimento público pela ombudsman da União Europeia, Emily O’Reilly,³ sobre falhas dos representantes do bloco europeu na condução de estudos de impacto ambiental, social, econômico e de direitos humanos relativos ao acordo, tais medidas são consideradas insuficientes para mitigar o aumento do risco de desmatamento e violações de direitos perpetradas contra povos indígenas e comunidades tradicionais.

Alvos principais do avanço agropecuário, organizações brasileiras e paraguaias denunciam a falta de transparência nas negociações do pacto e ressaltam o fato de a conclusão do acordo ter ocorrido justamente no momento em que interesses de grandes conglomerados comerciais e agroindustriais têm maior respaldo governamental para fragilizar a legislação ambiental, as comunidades tradicionais e os princípios de segurança alimentar.

Este relatório foi construído a partir de entrevistas com líderes comunitários, porta-vozes de organizações da sociedade civil e cientistas do Brasil e Paraguai, realizadas entre abril e agosto de 2021, com o objetivo de dar voz e amplificar a demanda popular sobre os rumos do acordo UE-Mercosul.

Diversas ONGs contatadas pela equipe de pesquisa, contudo, não possuem uma posição específica sobre o acordo. Isso corrobora um dos principais pontos levantados por críticos do acordo, o de que, tanto na América do Sul quanto na Europa, não houve um processo amplo de consulta. Em vez disso, ao longo de duas décadas os governos dos quatro países do Mercosul e representantes da Comissão Europeia se reuniram a portas fechadas com entidades patronais e lobistas, sem uma participação significativa da sociedade civil. Diante deste cenário, o presente relatório busca saber o que pensam os grupos sociais e organizações de base no Brasil e no Paraguai, ajudando a visibilizar seus pontos de vista. Da forma que está posto, o acordo UE-Mercosul é um documento ilegítimo e inaceitável nos dois lados do Atlântico. Aprová-lo será um marco negativo para os países envolvidos e uma vergonha para qualquer processo democrático.





Lobby do agronegócio contamina negociações

A assinatura do Acordo UE-Mercosul marcou o ápice da guinada conservadora na América do Sul. Depois de quase 20 anos do início da “onda rosa” que varreu o continente, Argentina, Brasil e Paraguai, membros fundadores do Mercosul, eram governados simultaneamente por políticos de direita e neoliberais.⁴ O retorno do Partido Colorado ao poder no Paraguai com Horacio Cartes (2013-2018), a eleição de Mauricio Macri (2015-2019) após 12 anos de kirchnerismo na Argentina e a posse de Michel Temer (2016-2018) no Brasil reativaram as negociações que estavam paralisadas desde 2012, devido, em grande parte, a impasses em relação às preferências tarifárias para produtos agrícolas.⁵

Carro-chefe na pauta de exportações do Mercosul e interessado direto na conclusão do acordo, o setor agropecuário teve um importante papel na transição para governos de direita. No Brasil, o lobby do setor agrícola, encabeçado pela Frente Parlamentar da Agropecuária, contribuiu com 50% dos votos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016.⁶ Nas eleições seguintes, o grupo apoiou o representante da extrema direita Jair Bolsonaro (2019-2022) ainda no primeiro turno, emplacando sete ministros em seu governo.⁷ No Paraguai, cooperativas agrícolas – muitas delas lideradas por fazendeiros brasileiros – organizaram ‘tratorações’ em 2012 pedindo a saída de Fernando Lugo.⁸ Na Argentina, líderes da Sociedad Rural Argentina (SRA) organizaram locautes contra o governo de Cristina Kirchner (2007-2015) e apoiaram abertamente a candidatura de Macri.⁹ Até mesmo no Uruguai, cujo governo de centro-esquerda havia impulsionado as negociações com a União Europeia, a eleição do direitista Lacalle Pou foi recebida com entusiasmo pela Federação Rural.¹⁰

A participação ativa do setor na política interna dos países do Mercosul também se traduziu ao longo das negociações do acordo. Um dos principais atores por trás da retomada nas conversas foi a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), organização que reúne 1.957 sindicatos rurais, espalhados por todo país.¹¹ O lobby pela aprovação do acordo se intensificou a partir de 2013, com a abertura de um escritório de representação da CNA em Bruxelas.¹² Sob a presidência da senadora Kátia Abreu, a

confederação atuou em missões bilaterais junto ao governo brasileiro e exerceu pressão para que o setor industrial brasileiro e dos demais países do bloco deixassem de emperrar as conversas. “Usaremos todos os instrumentos legais e democráticos para mudar o acordo no Mercosul”, disse Abreu durante painel em Bruxelas.¹³ O desempenho nas negociações levaria a presidente da CNA a ocupar a chefia do ministério da Agricultura que, sob seu comando, retomou as conversas com a União Europeia entre 2015 e 2016.

Já no governo de Michel Temer, a confederação lançaria a Aliança AgroBrazil, um grupo de associações do setor agropecuário reunido para intervir em negociações comerciais e, especialmente, nas discussões do acordo UE-Mercosul.¹⁴ Além da CNA, compõem a AgroBrazil a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a Associação Brasileira de Laticínios (Viva Lácteos) e a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), entre outras¹⁵.

Essas entidades têm, em comum, o fato de serem financiadoras do Instituto Pensar Agro (IPA), um think tank que presta suporte técnico à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), braço institucional mais conhecido da bancada do agronegócio, a maior do Congresso brasileiro. Todas as verbas do IPA são direcionadas para manter as atividades da FPA. Esses recursos são oriundos da contribuição de mais de 40 associações mantenedoras, que têm entre seus membros algumas das principais empresas agrícolas do país. Dessa lista, fazem parte 22 das 50 maiores companhias do agronegócio no Brasil, de acordo com a revista Forbes. Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta, Bunge e Cargill são algumas delas.¹⁵ É desse grupo de associações e institutos que sai boa parte dos projetos de lei que desrespeitam o direito dos povos indígenas, atacam o meio ambiente, flexibilizam regras para o uso de pesticidas, reduzem áreas de conservação e estimulam o roubo de terras na Amazônia.

Eles também atuam na comunicação: em agosto de 2020, uma iniciativa chamada AgroSaber publicou um artigo com informações falsas atacando a demarcação de terras indígenas e promovendo a tese do “marco temporal” em julgamento no Supremo Tribunal Federal.¹⁶ A iniciativa é financiada pela Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa), membro do IPA, e pela empresa CCAB, comprada em 2019 pelo grupo francês InVivo.¹⁷ Quando o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia e no Pantanal despertou as primeiras ressalvas entre os negociadores da União Europeia contra a política ambiental do governo Bolsonaro, foi a FPA que tomou a dianteira e passou a formular a narrativa da política externa brasileira em defesa do agronegócio.^{18 19}

Essa narrativa, que mistura denúncias genéricas de “interferência externa” e dados gerados a partir de estudos enviesados,²⁰ vem sendo replicada por diversas autoridades brasileiras, como os ex-ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e a ministra da Agricultura Tereza Cristina Corrêa. ‘Eles [europeus] acham que a agricultura brasileira é muito competitiva. E é mesmo, mas não é destruindo a imagem do Brasil que eles vão conseguir’, disse Correa durante

missão oficial na Índia. “O Brasil foi vilanizado, botaram o alvo nas nossas costas e o povo está dando tiro”.²¹

Esse discurso, no entanto, ignora as evidências científicas que levantam tais preocupações. Um estudo publicado pela revista Science no ano passado por um grupo de pesquisadores brasileiros e europeus aponta que, ainda que a maior parte da produção agropecuária brasileira seja livre de desmatamento, cerca de 20% das exportações de soja e pelo menos 17% das exportações de carne à União Europeia podem estar contaminadas por desmatamento ilegal em virtude de lacunas nas políticas de rastreabilidade. A maior parte dos alertas relacionados a potenciais irregularidades (62%) é proveniente de apenas 2% das propriedades rurais.²² Outro trabalho, publicado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), mostra que, em um cenário de maior elasticidade comercial e menor governança da terra, o desmatamento adicional gerado pelo acordo pode chegar a 260 mil hectares nos países do Mercosul. A maior parte dessa conversão (55%) é esperada no Brasil, podendo avançar sobre áreas sensíveis como terras indígenas e unidades de conservação.²³





Organizações denunciam retrocessos e violações de direitos humanos

Pouco mais de dois anos transcorreram desde a assinatura do Acordo UE-Mercosul, em 28 de junho de 2019. Esse curto espaço de tempo representou a maior onda de retrocessos em direitos sociais e ambientais no Brasil dos últimos 30 anos.

As imagens de fogo e destruição na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal são a face mais visível da tragédia vivida pelos povos tradicionais. Por trás da destruição há uma agenda política habilmente costurada pela administração Bolsonaro. Dos cortes de orçamento para combate ao desmatamento e queimadas à extinção da secretaria de mudanças climáticas, da privatização de parques nacionais e unidades de conservação à nomeação de militares sem experiência para cargos técnicos.²⁴ O projeto de desmonte avança a passos largos e encontra respaldo no Parlamento brasileiro, onde o lobby do agronegócio tem caminho livre para impor seus interesses.

Nos últimos meses, uma enxurrada de projetos de lei que alteram a legislação ambiental e de direitos humanos vem sendo pautada e aprovada a toque de caixa. Sob o pretexto da pandemia de Covid-19, os projetos não passam pelas comissões e não é dado tempo de realizar audiências públicas. É o caso, por exemplo, do PL nº 2.633/2020, que

estabelece o perdão para a ocupação irregular de terras públicas a partir da mera inscrição no sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR).²⁵ Aprovado na Câmara dos Deputados após uma tramitação relâmpago, o projeto aguarda votação no Senado, onde também circula uma proposta similar, que estende o prazo para legalização de terras públicas invadidas de 2008 (prazo atual) para 2014. Ambas as propostas são originadas de uma medida provisória assinada por Bolsonaro que acabou perdendo a validade antes de ser aprovada.

“A mera tramitação da MP já gerou um aumento das invasões das terras indígenas”, afirma Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. “Várias pessoas estão utilizando o argumento frágil e criminoso que existe a tramitação de uma lei para promover invasões. É o que já está acontecendo na região do Pará e da Amazônia brasileira, com as invasões em terras indígenas”.

A mercantilização e a abertura de áreas indígenas para o setor agropecuário também está no cerne de outros dois projetos. Um deles, o PL nº 490/2007, restringe a demarcação de terras indígenas ao adotar a tese do “marco temporal”, que determina que só serão válidas

as demarcações de áreas em que seja comprovada a ocupação tradicional por povos indígenas antes de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição brasileira. Considerada inconstitucional por indígenas, essa tese é alvo de um julgamento na Suprema Corte que pode decidir o futuro de centenas de territórios.

O segundo é o PL nº191/2020, um projeto de iniciativa do governo que libera a mineração em terras indígenas. O garimpo ilegal tem sido um dos maiores pontos de divergência entre os negociadores do acordo UE-Mercosul. Somente nos últimos 10 anos, segundo levantamento feito pelo projeto MapBiomias, as áreas ocupadas por garimpo dentro de terras indígenas cresceu 495%, com destaque para os territórios Kayapó (7.602 ha) e Munduruku (1.592 ha), no Pará, e Yanomami (414 ha), entre Amazonas e Roraima.²⁶ Neste último, entre maio e junho, garimpeiros promoveram uma série de invasões na região de Palimiú, lançando bombas de gás e disparando tiros contra a comunidade.²⁷

De acordo com Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o acordo pode se tornar extremamente maléfico para as comunidades indígenas caso os termos não sejam revisados:

“Conversamos com dois assessores da UE, no qual foi colocada na conversa a preocupação de alguns países, que queriam nos ouvir. Colocamos nossa preocupação, de aspectos que não estavam sendo verificados sobre demarcação e direitos constitucionais dos povos indígenas. Eles disseram que, infelizmente, em termos do comércio mesmo, não havia muito a se fazer. As comunidades estão preocupadas com a regularização de suas terras e usufruto dos territórios. Existem falas de garimpeiros e empresários dizendo que agora a situação mudou. Que eles determinam as normas, que não existem direitos indígenas.”

Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Cimi

A insegurança também é uma constante no Paraguai, onde movimentos sociais temem uma aceleração da investida de sojeiros contra suas terras. “Há no Paraguai uma estrutura paralela de segurança dos paramilitares”, afirma Perla Álvarez, integrante da Coordenadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (CONAMURI) e da Vía Campesina. “São os capatazes das empresas que muitas vezes atuam como justiceiros de patrões com a convivência da polícia”. “Muitos são brasileiros”, afirma. Com a previsão de expansão da monocultura da soja em função da ampliação do mercado na União Europeia, a organização espera um agravamento da violência decorrente de conflitos fundiários:

“Um acordo em que não se consultam as mulheres camponesas do Paraguai afeta a vida das famílias, a saúde das crianças, dos idosos, além de ser uma afronta aos direitos individuais das próprias mulheres, que têm de cuidar da própria saúde, do seu corpo e dos seus filhos, além de administrar a terra. A agricultura camponesa está sustentada pelas mulheres. São elas que produzem os alimentos. Então, elas são um alvo dos conflitos.”

Perla Álvarez, Conamuri

O mesmo impasse é vivido por camponeses e agricultores familiares no Brasil. Desde 2019, o governo tenta flexibilizar as condições para compra e venda de terras em assentamentos da reforma agrária. “A reforma agrária é para quem precisa da terra, para pessoas de baixa renda. Não para pessoas oportunistas”, pontua Kelli Mafort, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Eles querem impor um título de domínio para que as pessoas sejam proprietárias e vendam essas terras ou as coloquem em operações bancárias”.

Em dezembro de 2019, poucos meses depois do anúncio da assinatura do acordo, representantes quilombolas e ativistas de direitos humanos reuniram-se em Bruxelas com membros da delegação brasileira do European External Action Service (EEAS). O grupo formado por integrantes da Coalizão Negra Por Direitos e da Coordenação Nacional das Comunidades Rurais Negras Quilombolas (CONAQ) defendeu a adoção de cláusulas que resguardem a vida de negros e assegurem a soberania dos povos quilombolas, de acordo com as obrigações contidas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de modo a evitar que violações de direitos humanos geradas pela ausência de consulta prévia às comunidades impactadas, como no caso da instalação da Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão.²⁸ O acordo UE-Mercosul não prevê instrumentos de consulta prévia. As reivindicações quilombolas continuam sem nenhum esboço de contemplação no texto-base do acordo.

“Este acordo é um projeto de recolonização da América Latina”, afirma Denildo Rodrigues, da coordenação nacional da CONAQ. “A Europa está recolonizando nosso continente, nos transformando em simples produtores de bens primários”.

O líder quilombola considera que o acordo UE-Mercosul está sendo construído de cima para baixo, sem conversar com a população dos países para saber se o acordo é viável ou não. “Uma vez aprovado, as violações tendem a aumentar, pois a disputa para que os empreendimentos de infraestrutura e de agronegócio ocorram é muito grande”.

Expansão do agronegócio ameaça comunidades tradicionais

Na visão de defensores de direitos humanos, o acordo UE-Mercosul deve contribuir para o aumento de conflitos no campo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, tem relatado em suas publicações casos emblemáticos desses avanços no Cerrado. Em um desses episódios, a entidade detalha o confronto que envolve a Associação de Moradores da Comunidade Melancias do Município de Gilbués, no sul do Piauí, e grileiros ligados às Fazendas Alvorada, Roda de Ferro e Paraíba.

No ano passado, em plena pandemia de Covid-19, famílias da comunidade foram surpreendidas com duas retroescavadeiras desmatando uma área comunitária. Segundo moradores, o proprietário da Fazenda Paraíba, Celso Constantino, havia anunciado dias antes que desmataria a área após esta ter sido incluída no projeto de regularização fundiária do governo do Piauí, financiado e avalizado pelo Banco Mundial.²⁹

Agente pastoral e uma das coordenadoras da CPT, a irmã Jeanne Bellini considera que o Acordo UE-Mercosul não traz nenhum ganho para a população brasileira. “A pandemia nos ensinou que somos interdependentes e que o que acontece em um país tem implicações para outros”, disse a religiosa. “Um acordo que aparentemente favorece muito um lado e fere proporcionalmente o outro não é um bom acordo. A maioria dos povos da Europa reconhece isso e deseja justiça social para todos”.

Nascida nos EUA e contemporânea da religiosa católica Dorothy Stang – missionária premiada por sua luta em defesa de camponeses e assassinada a mando de latifundiários no Pará, em 2005 –, Jeanne Bellini sustenta que o acordo reflete uma visão da América Latina relegada à produção de commodities ou mercadorias para exportação, tendo como efeito a primarização da economia dos países do Mercosul: “O Acordo UE-Mercosul terá um impacto direto na subsistência, na alimentação e na



economia da agricultura familiar camponesa e dos povos tradicionais.³⁰ Ao terem as terras invadidas, essas pessoas são forçadas a se deslocar para as periferias das cidades e passam a depender da compra de alimentos. Famílias camponesas que antes produziam alimentos para o mercado regional ou local se veem sem nada”.

Antônio Cerqueira, do Cimi, cita o exemplo do Mato Grosso do Sul, estado onde ocorre um processo contínuo de cerceamento e expulsão dos territórios indígenas dos povos Guarani Kaiowá, Guarany Nandeva e Terena: “É comum que esses indígenas se desloquem para trabalhar em frigoríficos ou na colheita de maçãs na região Sul onde, por diversas vezes, foram identificadas condições de trabalho análogas à escravidão”.

Essa pressão territorial se dá até mesmo em regiões de ocupação agropecuária já consolidada, como na Mata Atlântica, caso raro de um bioma protegido por legislação específica e que demonstra o processo de enfraquecimento dos instrumentos de proteção ambiental no Brasil. “A Mata Atlântica tem uma lei específica para sua conservação e precisamos ter certeza de que ela está considerada



entre as normas ambientais previstas no acordo”, afirma Luís Fernando Guedes Pinto, diretor de conhecimento da Fundação SOS Mata Atlântica.

Com apenas 12,4% de sua cobertura original ainda preservada, a Lei da Mata Atlântica proíbe expressamente a conversão de áreas do bioma original para a expansão de plantios.³¹ Em 2020, no entanto, um despacho do Ministério do Meio Ambiente considerou que essa legislação não deve se sobrepor ao Código Florestal, que tem normas mais flexíveis no que se refere à conversão de biomas originários em áreas de produção agropecuária. “Caso esse entendimento prevaleça, à luz e aos olhos do Acordo União Europeia-Mercosul o desmatamento da Mata Atlântica seria legal e possível, uma vez que os marcos legais do tratado estarão limitados aos ordenamentos jurídicos nacionais”, diz Pinto. “É fundamental que os negociadores na Europa estejam atentos às eventuais mudanças na legislação ambiental brasileira – que afetarão o que o país entregará em termos ambientais quando o acordo estiver vigente”.

Uma pressão que é sentida também do lado paraguaio da fronteira. Segundo Guillermo Ortega, pesquisador da ONG

Base Investigaciones Sociales, o principal impacto do acordo no país se dá na expansão de superfície para cultivo de soja, na região Oriental, o que estimula também a criação de gado no Chaco. “É um binômio: um não funciona sem o outro”, afirma. Um avanço que afeta diretamente as comunidades indígenas isoladas que vivem na região.³²

“A produção de gado se mudou para a Região Ocidental, que forma parte do Gran Chaco. Lá se registra atualmente um dos processos de desmatamento mais acelerados do mundo”, alerta a ONG Heñói. “O Chaco guarda ecossistemas[1]mas frágeis que, ao perderem a cobertura vegetal, se convertem rapidamente em desertos salgados, impactando seriamente a disponibilidade de água potável para a população local, e eliminando as fontes de alimentos e medicinais para os povos indígenas que ainda habitam esse território”.

O avanço do agronegócio nesses territórios gera perda também de emprego. “Enquanto 5 mil hectares de produção camponesa podem gerar até 817 empregos diretos, uma fazenda de monocultura gera apenas 37 vagas”, destaca a Heñói.



Acordo abre caminho para agrotóxicos produzidos na europa

Outro ponto amplamente criticado no acordo UE-Mercosul é a adoção de um “padrão duplo” em relação à tolerância sobre o uso de pesticidas. Isso porque os conglomerados agroquímicos europeus estão entre os principais beneficiários do acordo. Listadas entre as empresas que financiam indiretamente a FPA, as alemãs Bayer e BASF detêm juntas cerca de 12% do mercado brasileiro de agrotóxicos.³³

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil é o 3º maior consumidor mundial de pesticidas, atrás apenas de China e Estados Unidos.³⁴ Mas, ao contrário dos países da UE, este consumo é direcionado para pesticidas altamente perigosos (HHP, da sigla em inglês para ‘highly hazardous pesticides’), o que faz do país o maior mercado mundial neste segmento, sendo responsável por um quinto do comércio global de HHP.³⁵

Essa fome por agrotóxicos é impulsionada pela gigantesca produção de culturas geneticamente modificadas (GM). Com 50,2 milhões de hectares de culturas transgênicas, o país tem a segunda maior área GM do mundo, atrás dos EUA. Quase 97% de toda a produção de soja brasileira é composta por sementes transgênicas, com taxas semelhantes na produção de milho e algodão.³⁶

“O princípio da precaução que é tão caro à União Europeia não é aplicado”, afirma a cientista política Maureen Santos, coordenadora do grupo nacional de assessoria da ONG brasileira FASE. “Isso causa uma divisão sobre tipos de cidadãos: os do sul que vão consumir produtos de menos qualidade, sujeitos à contaminação, menos sustentáveis; e os da União Europeia que terão produtos com mais garantias e mais proteções por estarem submetidos a legislações mais fortes”. Uma situação semelhante é vivida do outro lado da fronteira.³⁷

“Há uma questão dos direitos humanos que não se costuma considerar com o tema dos direitos coletivos”, aponta Perla Álvarez, da Conamuri. “Geralmente se pensa que





os direitos humanos são uma questão que se exerce individualmente, mas vemos a necessidade de aprofundar o tema dos direitos coletivos. O modelo de desenvolvimento do agronegócio de exportação afeta coletivamente as comunidades, os indígenas e os povos do interior”.

A ativista paraguaia cita o exemplo dos pesticidas: “O uso intensivo de agrotóxico gera um fenômeno chamado de deriva, que é o efeito de dispersão por terra, por água, vento e chuvas, para além das extensões que se quer controlar. Isso viola nosso direito coletivo de viver em um ambiente saudável, porque o efeito imediato do agrotóxico impacta na saúde das populações, especialmente de mulheres e crianças”.

“Há um aumento visível de problemas de pele, alergia e aumento nas taxas de leucemia em crianças e jovens”, afirma Guillermo Ortega, da Base-IS. “São geralmente

crianças que vivem ou estudam perto do cultivo da soja. Ao todo, identificamos 99 escolas expostas ao efeito das pulverizações aéreas”, complementa.³⁸

“Apesar de o tratado estabelecer respeito a normas ambientais, nós consideramos a questão dos direitos humanos letra morta porque os empresários não as respeitam minimamente”, afirma Ortega. “Um dos cuidados que precisam ser estabelecidos é o caminho das fontes de água. As comunidades deveriam estar protegidas dentro de uma faixa de segurança de 100 metros dos cultivos, para evitar que, ao pulverizar produtos tóxicos, eles não atinjam pessoas que se movimentam dentro desse espaço”.

Cientistas criticam fragilidade das salvaguardas

Em fevereiro de 2021, um grupo de 11 pesquisadores brasileiros e europeus enviou a Bruxelas um documento no qual pediam a reabertura das negociações do tratado comercial, sob o argumento de que o texto-base acertado em 2019 ignorou demandas de grupos ambientalistas para evitar a pressão do agronegócio sobre os principais biomas do Brasil.

“A pior fase do desmatamento ocorreu depois de 2019, quando o texto-base do acordo foi assinado”, avalia um destes cientistas, Carlos Rittl, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados em Sustentabilidade de Potsdam, na Alemanha, e ex-secretário-executivo do Observatório do Clima. “Se ele fosse bom o suficiente, o rumo das coisas no Brasil já teria mudado radicalmente”.

Rittl aponta que, além do prejuízo direto ao meio ambiente causado pela pressão do agronegócio sobre os biomas, um dos grandes riscos do tratado é que ele se torne uma espécie de “selo verde” à política ambiental do governo Bolsonaro. “O acordo em si vale como um endosso, um sinal de confiança da União Europeia de que o Brasil é e será um cumpridor de suas promessas de sustentabilidade – apesar de estarmos vendo que o país caminha numa direção contrária a essa”.

“É um acordo sem dentes”, resume Maureen Santos, da FASE. “As salvaguardas de proteção ambiental são frágeis e não especificam mecanismos eficazes de rastreabilidade da origem de produtos que possam assegurar a certificação de sustentabilidade. Causa temor o fato de o tratado prever cotas de expansão de exportação de carne e de produtos ligados ao complexo da soja, que também é preocupante pois implica no aumento do uso de agrotóxicos”.

“Uma das nossas preocupações é de que tenhamos um acordo sem que se definam medidas de regulação. Isso não está presente no capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável. O texto não contempla esses mecanismos, também não estão previstas normas de solução de controvérsias e de arbitragem. É necessário que o acordo venha para fortalecer marcos legais existentes e não para que a União Europeia referende o desmonte das políticas ambientais pelo governo brasileiro, o que teria implicações também para os outros países do Mercosul.”

Maureen Santos, FASE

“Embora o acordo tenha um capítulo inteiro destinado ao Comércio e Desenvolvimento Sustentável, não há mecanismos que garantam o cumprimento do que está no papel”, analisa Rittl. “Não há compromisso de não-retrocesso ambiental, de respeito aos direitos e à proteção dos povos indígenas, de plena implementação do Acordo de Paris por cada um dos países signatários, de participação da sociedade civil no monitoramento da implementação do tratado. Tudo está muito bonito no papel, mas falta nesse tipo de convênio o que se chama de enforcement – a garantia de que cada país, para ter acesso aos benefícios do acordo, seja cumpridor das obrigações acordadas”.

Em dezembro de 2020, na mais forte reação ao acordo UE-Mercosul até agora, 106 entidades reunidas na Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira Contra o Acordo Mercosul-UE publicaram um manifesto rejeitando os termos negociados.³⁸ Segundo a frente, estes termos trarão “impactos socioeconômicos, trabalhistas, fundiários, territoriais, ambientais e climáticos significativos para o Brasil e os demais países do Mercosul. (...) Ao trocar commodities agrícolas e minerais por produtos industrializados de maior valor agregado, o acordo estimula o aprofundamento da desindustrialização, da primarização da economia, da evasão de divisas e a sonegação de impostos nos países do Mercosul”.



Referências

- 1 GRAIN (2021) EFTA-Mercosur: another low blow to climate, peoples' rights and food sovereignty. May 5, 2021. <https://grain.org/en/article/6662-efta-mercosur-another-low-blow-to-climate-peoples-rights-and-food-sovereignty>
- 2 Moreno, A.C. (2019). Desmatamento na Amazônia em junho é 88% maior do que no mesmo período de 2018. G1, Jul. 3, 2019. <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/03/desmatamento-na-amazonia-em-junho-e-88percent-maior-do-que-no-mesmo-periodo-de-2018.ghtml>
- 3 European Commission. (2021) Ombudsman: Sustainability assessment should have been completed before EU-Mercosur trade deal agreed by negotiators. Mar. 18, 2021. <https://www.ombudsman.europa.eu/pt/press-release/en/139425>
- 4 Forero, J.; Luhnnow, D. (2019) The Left's 'Pink Tide' in Latin America Is Receding. The Wall Street Journal, Dec. 19, 2019 <https://www.wsj.com/articles/the-leftist-pink-tide-in-latin-america-is-receding-11576772757>
- 5 Grieger, G. (2019) The trade pillar of the EU-Mercosur Association Agreement. European Parliamentary Research Service (EPRS), PE 640.138, August 2019. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/640138/EPRS_BRI\(2019\)640138_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/640138/EPRS_BRI(2019)640138_EN.pdf)
- 6 Castilho, A. L. (2017) Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer. De Olho nos Ruralistas, Sep. 25, 2017 <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/>
- 7 Carvalho, I. (2018) Bancada ruralista já emplacou sete deputados no governo Bolsonaro. De Olho nos Ruralistas, Nov. 30, 2018 <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/11/30/bancada-ruralista-ja-emplacou-sete-deputados-no-governo-bolsonaro/>
- 8 Bassi, B. S. Cooperativas encabeçadas por brasileiros protagonizaram impeachment de Lugo. De Olho nos Ruralistas, Aug. 26, 2018 <https://deolhonosruralistas.com.br/deolho-noparaguai/2018/08/26/cooperativas-encabeçadas-por-brasileiros-protagonizaram-impeachment-de-lugo/>
- 9 Heath, M. (2019) Apoyo de agro argentino a Macri cruje de cara a elecciones presidenciales. Reuters, Apr. 22, 2019 <https://www.reuters.com/article/politica-argentina-elecciones-idLTAKCN1RYOWT>
- 10 Lemos, H. (2021) "Vemos un gobierno que atiende nuestros reclamos." El País Rurales, Jul. 3, 2021. <https://rurales.elpais.com.uy/gremiales/vemos-un-gobierno-que-atiende-nuestros-reclamos>
- 11 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2021) <https://www.cnabrazil.org.br/>
- 12 Conexão TO. (2013) Senadora Kátia Abreu abre escritório da CNA junto à União Europeia em Bruxelas. Jun. 20, 2013 <https://conexaoto.com.br/2013/06/20/senadora-katia-abreu-abre-escritorio-da-cna-junto-a-uniao-europeia-em-bruxelas>
- 13 Agência Estado. (2013) CNA: Mercosul trava comércio com União Europeia. Jun. 19, 2013. <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/cna-mercosul-trava-comercio-com-uniao-europeia-06veltyjcrpuq1uv7x3u4hy6m/>
- 14 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. (2019) Aliança Agrobrazil comemora acordo entre Mercosul e União Europeia. Jul. 2, 2019 <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/alianca-agrobrazil-comemora-acordo-entre-mercosul-e-uniao-europeia>
- 15 Arroyo, P. (2019) Multinationais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. May. 21, 2019. <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinationais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>
- 16 Fakebook.eco (2021) Dado espalhado por ruralistas sobre prejuízo com demarcação indígena vem de estudo secreto. Aug. 27, 2021. <https://fakebook.eco.br/dado-espalhado-por-ruralistas-sobre-prejuizo-com-demarcacao-indigena-vem-de-estudo-secreto/>
- 17 AgroSaber (2021). <https://agrosaber.com.br/>
- 18 Agência FPA. (2019) FPA recebe presidente da Apex-Brasil para debater imagem dos produtos brasileiros no exterior. Nov. 26, 2019. <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2019/11/26/fpa-recebe-presidente-da-apex-brasil-para-debater-imagem-dos-produtos-brasileiros-no-exterior/>
- 19 Fundação Alexandre de Gusmão (2021). Alocução do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, em videoconferência organizada pela Frente Parlamentar Agropecuária – FPA. Mar. 2, 2021 <https://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3715>

- 20 Schreiber, M. (2019) Cientistas questionam 'guru ambiental de Bolsonaro' que coloca Brasil como líder em preservação. Jul. 23, 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49081586>
- 21 Agência Estado. (2020) Na Índia, Tereza Cristina diz que agricultura brasileira não é vilã. Jan. 26, 2020. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/01/26/internas_economia,823861/na-india-tereza-cristina-diz-que-agricultura-brasileira-nao-e-vila.shtml
- 22 Rajão, R.; Soares-Filho, B.; Nunes, F. (2020) The rotten apples of Brazil's agribusiness: Brazil's inability to tackle illegal deforestation puts the future of its agribusiness at risk. *Science* 369 (6501), 246-248. DOI: 10.1126/science.aba664
- 23 Amazon Institute of People and the Environment. (2020) Is the EU-MERCOSUR trade agreement deforestation-proof? https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2020/11/mercoulue_en_imazon.pdf
- 24 Menegassi, D. (2021) Ministério do Meio Ambiente tem menor orçamento das últimas duas décadas. Jan. 24, 2021. <https://www.oeco.org.br/noticias/ministerio-do-meio-ambiente-tem-menor-orcamento-das-ultimas-duas-decadas/>
- 25 Instituto Socioambiental. (2021) Conexões entre o CAR, desmatamento e o roubo de terras em áreas protegidas e florestas públicas. Abril 2021. https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nt_isa_conexoes_car_desmatamento_grilagem.pdf
- 26 MapBiomias. (2021) Área ocupada pela mineração no Brasil cresce mais de 6 vezes entre 1985 e 2020 <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>
- 27 Rede Amazônica. (2021) Garimpeiros jogam bombas em comunidade na região alvo de ataques na Terra Yanomami, diz Associação. Jun. 8, 2021. <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/06/08/garimpeiros-jogam-bombas-em-comunidade-na-regiao-alvo-de-ataques-na-terra-yanomami-diz-associacao.ghtml>
- 28 Justiça Global. (2019) Texto base do protocolo comunitário sobre consulta e consentimento prévio, livre e informado das comunidades quilombolas do território étnico de Alcântara/MA. http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf
- 29 Comissão Pastoral da Terra. (2020) Nota Pública: Os conflitos no campo não param no sul do Piauí. May. 9, 2020. <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/5195-nota-publica-os-conflitos-no-campo-nao-param-no-sul-do-piaui>
- 30 Fritz, T. (2020) Risks to Climate Protection and Human Rights. Misereor, Greenpeace & CIDSE. <https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2020/06/Study-EU-Mercosur-Agreement-Risks-to-Climate-Protection-and-Human-Rights....pdf>
- 31 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (2019) SOS Mata Atlântica e INPE lançam novos dados do Atlas do bioma. May. 23, 2019. http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5115
- 32 Earthsight. (2020) Grand Theft Chaco: the luxury cars made with leather from the stolen lands of an uncontacted tribe <https://www.earthsight.org.uk/grandtheftchaco-en>
- 33 Greenpeace. (2020) EU-Mercosur: Double standards concerning agrotoxics https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/publications/eu_mercosur_double_standards_concerning_agrotoxics_2020.pdf
- 34 FAOSTAT (2020). Pesticides use. <http://www.fao.org/faostat/en/#data/RP/visualize>
- 35 Greenpeace. (2020) Unearthed. Soya, corn and cotton make Brazil world leader for hazardous pesticides. <https://unearthed.greenpeace.org/2020/02/20/brazil-pesticides-soya-corn-cotton-hazardous-croplife/>
- 36 International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA). Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops in 2017: Biotech Crop Adoption Surges as Economic Benefits Accumulate in 22 Years. ISAAA Brief No. 53. ISAAA: Ithaca, New York.
- 37 Base Investigaciones Sociales. Escuelas rurales fumigadas en Paraguay (2020). <https://www.baseis.org.py/presentan-libro-sobre-escuelas-rurales-fumigadas-en-paraguay/>
- 38 Front of Brazilian civil society organizations against the Mercosur-EU agreement (2020) <https://www.bilaterals.org/?front-of-brazilian-civil-society&lang=en>



Salva la Selva/ Rettet
den Regenwald e.V.
Jupiterweg 15
22391 Hamburgo

Tel: +49 40 41 03 804
Fax: +49 40 45 00 144
info@salvalaselva.org
www.salvalaselva.org



Colabora
Centro de Pesquisa
e Documentação Chile-
América Latina (FDCL)
Gneisenastr.2a *
Im Mehringhof *
D-10961 Berlin
info@fdcl.org
www.fdcl.org



Coautor
De Olho nos Ruralistas |
Agribusiness Watch
Rua Araújo, 124 - República -
São Paulo, SP - Brazil

Phone: +55 11 970242614
bruno@deolhonosruralistas.com.br
<https://deolhonosruralistas.com.br>